

## RELAÇÕES RACIAIS E A FORMAÇÃO DOCENTE NA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.

Rayza Almeida da Hora Silva <sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

No campo das políticas públicas o Brasil deu passos importantes para diminuição das desigualdades raciais, pode-se listar as Lei 10.639/03 e 11.645 como exemplo disso. No mais, no ano de 2013, foi lançada o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, neste documento fica estabelecido a implementação de conteúdos e disciplinas curriculares nos cursos de Educação Superior.

Baseando-me neste princípio, busquei entender se o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco está preparando seus futuros profissionais para tratar com a temática racial na sala de aula do Ensino Médio. As legislações supracitadas surgem para dar fim a narrativa que a participação da África e dos afrodescendentes na historiografia brasileira estaria reduzida à exploração e ao sofrimento, capacitando professores para que a sala de aula seja um espaço seguro para todos.

Ao longo da pesquisa de caráter qualitativo, analisamos o Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais (CS) e percebemos que há um descompasso entre a formação docente e os saberes de referência das CS, além disso, percebemos a falta de articulação entre os temas propostos no curso com a temática racial. Isto se dá pois, o curso de CS, na UFPE, tem caráter eurocêntrico e eurocentrado. Como aponta Fanon (2006) Franz Fanon (2006), as instituições em países colonizados acabam sendo réplicas imperfeitas do ideal de universalidade do colonizador que é branco, masculino, heteronormativo e cristão (BERNARDINO-COSTA, GROSGOUEL, 2016).

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. [rayzaa35@gmail.com](mailto:rayzaa35@gmail.com)

## ITENS DA CAPA DO TRABALHO COMPLETO

RAYZA ALMEIDA DA HORA SILVA

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

11

ENSINO DE SOCIOLOGIA E A LEI 10.639/03: 20 ANOS DE DEBATES SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

título do trabalho

[RELAÇÕES RACIAIS E A FORMAÇÃO DOCENTE NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO]

Belém, Pará

2023

## METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia usada neste trabalho terá caráter qualitativo, nele irei fazer uma análise documental do Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Me proponho a fazer uma análise documental do Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Licenciatura em Ciências Sociais. O PPP tem como finalidade principal a autonomia do curso, dando-lhe base para criar a sua própria identidade, através da gestão, do currículo e norteando as atividades pedagógicas. A construção do PPP significa definir objetivos e traçar rotas possíveis para alcançá-los. Sendo assim, entendo a análise deste documento fundamental para o rumo de minha pesquisa.

Vasconcelos (2009) aponta o PPP como plano global da instituição, sistematizando as principais ideias do curso e defendendo a participação coletiva na construção do projeto. Sendo assim, em consonância com o Cellard (2008) entendendo que os arquivos tratam-se de documentos oficiais e estão representando os departamentos de Sociologia nas respectivas instituições, a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade de

## DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO

os últimos anos as pesquisas sobre formação docente tem crescido de modo exponencial, há exemplos de LIMA (2017), SILVA (2020), TABAC (2021), é uma preocupação constante em relação aos pesquisadores da educação entender como está sendo o processo e qual a qualidade das formações docentes no nível superior. Pimenta e Anastasiou (2002) apontam que a docência é prática, é mais uma forma de intervir na realidade social, tendo como o objetivo a melhoria das tradições educacionais. Como bem observou Soares e Cunha (2010, p. 24) a docência é “uma multiplicidade de saberes, competências e atitudes que precisam ser apropriados e compreendidos em suas relações”, o professor precisa, portanto, estar preparado para isto, tanto de forma prática quanto de forma teórica.

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) de 1996 aponta que a preparação para o magistério no nível superior é feita de forma exclusiva em programa de mestrado e doutorado. Esses programas, teoricamente, teriam que dar conta de preparar o estudante para se tornar um profissional capacitado não só para a pesquisa, mas também para o ensino. A preparação viria por meio da prática de estágio docente em uma disciplina da pós-graduação, como aponta a Portaria nº 52/2002, Art. 8º, inciso V da CAPES.

Sendo assim, o estudante que não cursou a Licenciatura em sua graduação tem toda sua prática pedagógica formativa restrita em uma disciplina de estágio supervisionado e, ainda assim, tendo obrigatoriedade apenas no doutorado nos programas que ofertarem os dois níveis educacionais (mestrado e doutorado), como aponta o Art. 18º, da Portaria MEC/CAPES nº 65/2002:

- I - no Programa que possuir os dois níveis, mestrado e doutorado, a obrigatoriedade ficará restrita ao doutorado;
- II - no Programa que possuir apenas o nível de mestrado, ficará obrigado à realização do estágio;
- III - as Instituições que não oferecerem curso de graduação deverão associar-se a outras de ensino superior para atender as exigências do estágio docência;
- IV - o estágio de docência com carga superior a 60 (sessenta) horas poderá ser remunerado à critério da Instituição, vedada à utilização de recursos repassados pela

CAPES; V - a duração mínima do estágio docência será de um semestre para o mestrado e dois para o doutorado;

VI - compete à Comissão de Bolsa/CAPES, registrar e avaliar o estágio de docência para fins de crédito do pós-graduando, bem como a definição quanto à supervisão e o acompanhamento do estágio; VII - o docente do ensino superior que comprovar tais atividades, ficará dispensado do estágio de docência; VIII - as atividades do estágio de docência deverão ser compatíveis com a área de pesquisa do programa de pós-graduação realizado pelo pós-graduando. (BRASIL, 2002)

Assim, ainda que exista uma disciplina específica com o nome estágio docência, não quer dizer que o aluno vai aprender no decorrer de sua formação saberes pedagógicos. Silva e Pachane (2006) questionam se a disciplina é exitosa tendo em vista que se limita a inclusão de poucas horas para o que seria a prática docente.

Entende-se que ao trabalhar apenas o aspecto prático da sala de aula as políticas de formação docente para o nível superior contribuem com uma formação descomprometida com os aspectos pedagógicos tendo a prática docente como um processo mecânico. Esse modo de fazer se pensar o ensino superior brasileiro, mais especificamente, a formação docente no nível superior, desconsidera a trajetória dos estudantes de graduação que “precisam compreender a finalidade de estudar os conteúdos apresentados, entender sua lógica e ter a possibilidade de negociar as formas propostas pelo professor para trabalhar com esses conteúdos e para avaliar a aprendizagem realizada” 70 (SOARES; CUNHA, 2010, p. 27-28). Os estudantes da licenciatura na graduação precisam aprender como ensinar e por qual motivo fazer isso sobre os assuntos que lhes são apresentados.

Essa descaracterização da docência no nível superior reflete na qualidade da educação recebida pelos licenciandos, pois, como Lima (2017) aponta, tanto os professores formadores não tem uma tradição pedagógica que dialogue com a especificidade do curso trabalhado, nem as graduações de licenciatura possuem foco para a docência. Se considerarmos a teoria e a prática como indissociáveis no processo de ensino é preciso mesclar os saberes científicos e pedagógicos.

Traduzindo essa visão de unidade entre teoria e prática para a educação, afirmam as autoras que o fazer pedagógico, “o que ensinar” e “como ensinar”, deve ser articulado ao “para quem” e “para que”, expressando a unidade entre os conteúdos teóricos e instrumentais do currículo. E apontam para a possibilidade de o educador desenvolver uma práxis criadora (PIMENTA, 1995, p.67).

Com isso, entende-se que o professor vai se apresentar como articulador dos saberes pedagógicos e da realidade prática do cotidiano escolar, mesclando esses elementos é possível construir a práxis docente. Tal qual aponta Tardif (2002) a docência é um saber plural formado pelas experiências, currículo e disciplina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura feita do Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, percebi que há um descompasso entre os saberes de referência da CS e os saberes pedagógicos, além da falta de textos que trabalhassem com a temática negritude e autores negros na composição das ementas. Ainda que a Sociologia tenha em sua história autores e autoras que fizeram o pensamento social brasileiro cruzando sua teoria com a temática racial, esses autores não aparecem ao longo do curso.

As Ciências Sociais sofreram diversos ataques nos últimos anos, a reforma do ensino médio e a BNCC corroboram para que a carga horária da disciplina dentro do ensino médio fosse reduzida. Todavia, dentro da universidade ainda há um descompasso entre a qualidade de ensino ofertada para bacharéis e os licenciados. Por mais que este trabalho esteja no âmbito da Educação para Relações Raciais, ainda é um trabalho sobre educação. E quando o departamento de Sociologia não apresenta um PPP coeso ou uma linha de estudos específica para os pós-graduandos que desejam estudar sociologia da educação, percebemos que estamos enfraquecidos em todas as instâncias. Assim, notei que por mais que seja um curso de Licenciatura, essa articulação inicial entre teoria e prática, se perde.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Seção 1, p. 1. Acesso: 03/2023

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. In: \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 496-513. Acesso: 03/2023

LIMA, Fabiana Conceição Pereira. Construção das identidades profissionais dos professores formadores da Licenciaturas em Ciências Sociais. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Artur Santos de Souza. **QUEM SÃO OS PROFESSORES DE SOCIOLOGIA DE PERNAMBUCO?** Uma caracterização a partir do Censo Escolar de 2019. CADERNOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS | Vol.4, nº.1 | p. 122-139 | jan./jun. 2020. ISSN: 2594-3707 <cristianobodart,+10.QUEM+SÃO+OS+PROFESSORES+.pdf> Acesso em: 29/01/2023

SOARES, S.R.; CUNHA, M.I. Programas de pós-graduação em educação: lugar de formação da docência universitária? **Revista Brasileira de Pós-Graduação.**, v.7, n.14, p.577-604, 2010.

